

As diferenças entre o Brasil e a Argentina para renegociar a dívida

por Getulio Bittencourt
de Nova York

No Brasil, o presidente norte-americano George Bush afirmou que a dívida externa é um problema a ser resolvido, sem sua interferência, entre o País e os bancos comerciais. Na Argentina, ele disse o mesmo, mas acrescentou que tentará ajudar o governo do presidente Carlos Menem no que estiver a seu alcance.

"Claramente, o presidente Bush procurou distinguir entre o Brasil e a Argentina", disse ontem a este jornal um professor da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins, o brasileiro Riordan Roett. "Em parte isso acontece porque ele desembarcou em Buenos Aires durante uma crise militar, e seu apoio ao presidente Menem chegou em boa hora."

Mas há outras razões, raciocina Roett. "Existe uma percepção em Washington de que a Argentina está fazendo um esforço maior que o do governo brasileiro para resolver vários problemas", acrescentou. "O programa de Menem está dando certo; a inflação caiu para o patamar de um dígito. Duas grandes empresas estatais foram privatizadas, a Entel e a Aerolineas Argentinas, e o país está fazendo um pagamento simbólico mensal aos bancos sobre seus juros atrasados."

Para um banqueiro ligado ao comitê assessor dos dois países, "Argentina e Brasil claramente não estão na mesma situação hoje. Desde junho, o governo argentino paga US\$ 40 milhões sobre os juros em atraso aos bancos, e prometeu aumentar esse pagamento em janeiro. Além disso, tem um programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que está funcionando e acaba de fazer um saque sobre esse programa".

Talvez mais significativo para esse banqueiro, o governo Menem acertou com os bancos que no primeiro semestre de 1991 começa a renegociar um acordo para resolver seus juros atrasados; e, no segundo semestre, começa a renegociar o restante de sua dívida. Por contraste, o Brasil não tem programa com o Fundo, não paga nada de juros há dezenove meses, e quer renegociar atrasados e principal simultaneamente.

O executivo principal do banco de investimento Morgan Stanley para operações com risco soberano,



George Bush

Peter Grossmann, concorda que "a Argentina está adotando passos melhores que os do Brasil, sobretudo em relação ao seu programa de privatizações. Mas os fundamentos da economia nos dois países não são positivos, e talvez não se trate de má vontade do governo brasileiro; o País é que pode ser mais complicado".

Um reflexo do pessimismo dos bancos comerciais nas discussões sobre a dívida externa do Brasil está na queda de dois pontos do principal instrumento desse ativo, o Multi Year Deposit Facility Agreement (MYDFA), desde segunda-feira. O papel fechou ontem no mercado de Londres cotado a 22,75 centavos por dólar na compra e 23,125 na venda.

Os bancos credores, além disso, não estão felizes com o relaxamento da pressão dos EUA e alguns de seus aliados no Grupo dos Sete sobre a liberação de empréstimos de entidades multilaterais para o Brasil. O Manufacturers Hanover, em sua newsletter desta semana sobre o mercado secundário da dívida, descreve a atitude de Washington como "um recuo". Os indícios, segundo os analistas do banco, "são de que os empréstimos foram aprovados devido ao aparente progresso nas negociações entre o Brasil e os bancos credores".

A falta de progresso evidente nesse diálogo, segundo um oficial do Departamento do Tesouro, pode levar os EUA a renovar pressões sobre organismos multilaterais para impedir novos empréstimos ao Brasil. A retaliação possível para o Brasil seria a suspensão de seus pagamentos a essas instituições. Mas "esse é um passo muito grave, que não cogitamos adotar neste momento", diz o presidente do Banco Central do Brasil, Ibrahim Eris.